As políticas culturais

Fernanda Knach de Bittencourt

Economia da Cultura

O quinto capítulo do livro Economia da Cultura, do escritor Françoise Benhamou (Atelie Editorial, 2007, 194 páginas) apresenta um amplo conteúdo característico às políticas culturais. O escritor oferece ao leitor, conceitos e pontos de vista de diversas épocas, não unicamente a atualidade de seu momento na história. Faz referência a colocações citadas nas décadas de 50 até o presente de sua criação. Afirma que determinados conceitos e práticas permanecem sendo aplicados até a atualidade.

Um de seus tópicos é “fundamentos econômicos das políticas culturais”. Nesta parte do capitulo a falha de mercado na argumentação liberal é avaliada e descrita de forma clara. O autor cita a colocação de Paul Samuelson (1954), que afirma que o consumo realizado por alguém não faz com que o consumo da mesma quantidade do produto por outro individuo seja menos importante, ou seja, não há uma disputa individual. Garante que só o Estado, dividindo todos os gastos entre a população, através dos impostos é capaz de suster a forma como o passageiro clandestino se comporta.

Caso aquele que se beneficia com a atitude de investir seus lucros em futuras produções não o realizar, tal função deve ser desenvolvida pelo estado, para um maior bem comum, mantendo sempre as produções e os investimentos da cultura em alta. Um exemplo disso é a indústria da produção de discos, que investe seus lucros em festivais.

O efeito multiplicador trata-se da renda líquida produzida por libra gasta e o mesmo sofre determinadas variações. Deste modo há conseqüências econômicas sobre os gastos culturais. É destacado no livro que o investimento na cultura resulta em um avanço na vida econômica. Por meio do valor de prestígio, de herança e o valor educativo é possível observar que o autor afirma que o consumo de bens culturais causa efeitos positivos na sociedade. O estado estimula as pessoas a produzi-los e consumi-los e busca conservar os patrimônios já existentes.

Tratando das particularidades da oferta o autor afirma que determinados segmentos da oferta não oferecem ganhos de produtividade, e desta forma não rendem lucro. Garante que se não fosse os investimentos inseridos sobre determinados setores, os mesmos não se manteriam firmes. Há também uma regulamentação dos mercados de arte, que proporcionam ao consumidor certa segurança sobre seu consumo e garante normas de garantia e profissionalismo.

O autor destaca que há uma ampla divergência nos investimentos com a cultura entre os países. Afirma que os EUA são os que menos investem em cultura, cerca de 3 dólares por pessoa, contra 32 da França e 9,6 da Grã-Bretanha, porém, incluindo o financiamento direto, o investimento norte-americano sobe para 13 dólares. Há uma marcante tradição francesa protetora sobre a cultura e a mesma está presente desde a presença do monarca Luis XVI.

O escritor avalia a políticas de regulamentação como um produto diferente dos demais e que são adotados muitos regulamentos que coordenam o sistema de preços e o jogo das concorrências. As taxas parafiscais são modos eficazes da redistribuição entre os profissionais do cinema. O centro é responsável por redistribuir os fundos por meio de bolsas e auxilio governamentais para os livros de difícil venda.

Françoise destaca que a crítica sobre as políticas culturais está relacionada à falta de eficiência das instituições. Afirma que não se deve necessariamente buscar a intervenção pública em função das falhas de mercado existentes. Cita também a supervalorização dos efeitos externos positivos e os efeitos anti-redistributivos dos auxílios governamentais concedidos. Relata que há um excesso de proteção de determinadas instituições perante seus bens culturais, como, por exemplo, os altos custos impostos por algumas livrarias, dificultando desta forma o acesso do leitor.

O autor fala que há burocratização das instituições e desvio na rota de orçamentos. Isso significa que a busca por auxilio financeiro pode acarretar em priorizar as programações que cativam mais os administradores dos bens protegidos do que dar maior importância ao interesse do público. Ele apresenta diversos casos onde fica clara a ineficiência de algumas instituições sobre seus pais com a cultura.

O escritor afirma também que houve certa oscilação quanto ao investimento dos norte-americanos sobre a cultura. Relata que para eles, o auxílio público está sendo proporcionado a artistas incapazes e imorais e diz que os mesmos deveriam lembrar que tal argumento custou uma imensa infelicidade aos grandes artistas da época.

Françoise afirma pode existir uma cruel armadilha sobre o próprio investimento público financeiro. Tendo em mente que o caráter amplamente desigual do consumo de cultura de acordo com a classe social a que a pessoa constitui o investimento utilizado para beneficiar o consumo cultural das gerações do amanhã, o que teria o mesmo valor que afirmar que as gerações da atualidade são responsáveis pelo consumo cultural das futuras gerações.

O autor cita uma divergência nos pontos de vistas de determinados autores ao longo de sua obra e destaca também que a democracia aplicada de forma direta é o melhor meio de compreender e identificar os desejos das pessoas, dessarte, causando um estimulo sobre a demanda privada tratando-se de política cultural.